Demonstrações Financeiras Consolidadas

Investprev Seguradora S.A.

31 de dezembro de 2015 e 2014

com Relatório dos Auditores Independentes

INVESTPREV SEGURADORA S/A
CNPJ: 42.366.302/0001-28
Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Investprev Seguradora S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, coloca à disposição de V.Sas, para apreciação, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2015 e 2014 consolidados.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados.

MERCADO SEGURADOR

O ano de 2015 consolidou as expectativas positivas no tocante à continuidade do crescimento do Mercado Segurador, com especial destaque para os ramos elementares.

Em virtude disto, a Investprev Seguradora continua a investir intensamente no desenvolvimento de produtos nestes ramos, pois acreditamos na continuidade deste crescimento nos próximos anos.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A Cia vem buscando nos últimos anos o desenvolvimento contínuo de sistemas de controle e gestão de seguros, buscando agilidade e qualidade na gestão dos produtos. Com isto podemos dinamizar a comercialização dos nossos produtos e fidelizar nosso principal canal de distribuição, os corretores.

No segmento de Seguros a Cia apresentou prejuízo líquido no exercício de 2015 no montante de R$ 7.053 mil.
Os prêmios emitidos direto tiveram um crescimento de 9,84% em relação a 2014.
Os prêmios ganhos atingiram R$ 49.550 mil e os sinistros ocorridos somaram R$ 36.669 mil. As provisões técnicas em dezembro/2015, excetuado o ramo DPVAT, totalizaram R$ 12.568 mil, com uma necessidade de cobertura das provisões técnicas de R$ 10.276 mil e recursos garantidores de R$ 17.556 mil, o que demonstra a capacidade de garantir suas reservas.

No segmento de Capitalização apresentou no exercício de 2015 um Lucro Líquido de R$ 6.867mil. Este resultado é fruto da reestruturação feita na empresa, bem como as ações de mercado realizadas.

“A **Investprev Seguradora S/A** comunica que, no dia 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, teve o seu controle acionário vendido pelo **Banco Rural S/A – ELE** à empresa **NPF SEGPAR PARTICIPAÇÕES S.A**., sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de transferência do controle acionário encontra-se em tramitação na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Reafirmamos nosso compromisso em continuar a construir esta empresa com vistas a torná-la cada vez mais importante no mercado segurador, nos especializando na elaboração de novos produtos que atendam as demandas do consumidor final.

CONTROLES INTERNOS

A Sociedade, visando o atendimento à Circular SUSEP n° 249/04, alterada pela Circular SUSEP n° 363/08, mantem contrato de Auditoria Interna com a Carraro e Associados Auditores Independentes, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos.

Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento à Circular SUSEP n° 517/15 foram observados, estando a Sociedade resguardada por um Sistema de Controles Internos em funcionamento, disponibilizado, via Intranet, para todos os colaboradores, contendo manuais, organogramas e fluxogramas que permeiam os processos e a estrutura da Sociedade, atendendo às determinações previstas neste normativo.

O Sistema de Controles Internos da empresa, voltado para a mitigação de riscos, visa à eficiência de suas operações, a geração de relatórios financeiros e a observância às normas internas e externas, sendo o mesmo mantido em contínuo aprimoramento e considerado adequado ao porte e complexidade dos negócios.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

O grupo Segurador Investprev, formado pelas coligadas; Investprev Seguros e Previdência, Investprev Seguradora e Invest Capitalização, promove periodicamente a atualização de todos os níveis de colaboradores, em todas suas empresas, visando capacitá-los, de acordo com as

determinações da Lei 9.613 de 1998 e Circular SUSEP nº 445 de 2012. Esta atualização insere as rotinas operacionais e faz parte integrante do Sistema de Controles Internos do grupo.

CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP N° 321/2015

A Companhia está totalmente adequada quanto aos índices de solvência determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, quanto às exigências da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, que estipula o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado superior ao CMR – Capital Mínimo Requerido para operar nacionalmente, bem como apresenta liquidez em relação ao CR – Capital de Risco.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP n° 517/15 de 30 de julho de 2015, a Investprev Seguradora declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado Segurador, a Investprev Seguradora S/A, aumentou não só seu portfólio de produtos mas também efetivou novas parcerias, visando à consolidação no segmento de seguro garantia, seguro patrimonial, seguro RCO e fiança locatícia, onde estamos inovando e consolidando novos canais de distribuição no Mercado Segurador.

Ao findar deste exercício, reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na direção da Empresa.

Aproveitamos para agradecer aos nossos acionistas, clientes e aos nossos colaboradores, que contribuíram para a realização dos projetos da Empresa, transformando em realidade os nossos ideais.

Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2016.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Investprev Seguradora S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Investprev Seguradora S.A. e sua controlada que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Investprev Seguradora S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Ênfase

Em 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, a InvestPrev Seguradora S.A. teve o seu controle acionário vendido pelo Banco Rural S/A – ELE à empresa NPF SEGPAR PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de transferência do controle acionário encontra-se em tramitação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a gestão da Companhia permanece inalterada até que seja aprovada a transferência do controle acionário.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados conforme relatório de auditoria emitido em 12 de março de 2015 contendo ênfases em relação ao registro dos créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e quanto a autorização do Banco Central do Brasil para a alienação da participação acionária detida na companhia, através de um leilão público, a ser designado.

Porto Alegre (RS), 14 de março de 2016.

Rosito & Filomena
Auditores Independentes
CRC/RS 3993 - CVM 9091

José Albino Filomena
Contador-CRC-RS 43.798

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

ATIVO	***Nota nº***	***31/12/2015***	***31/12/2014***
CIRCULANTE		**92.281**	**60.998**
DISPONÍVEL		9.327	1.147
Caixa e Bancos		9.327	*1.147*
APLICAÇÕES	5	63.730	38.945
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		6.143	9.567
Prêmios a Receber	6	5.351	6.828
Operações com Seguradoras		0	118
Operações com Resseguradoras		792	2.621
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		1.894	1.393
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		735	661
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO		3.018	3.953
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	8	5.773	3.087
Títulos e Créditos a Receber		1.799	123
Créditos Tribut. e Previdenciários		3.905	1.765
Outros Créditos		69	1.199
OUTROS VALORES E BENS		79	271
Bens a Venda		79	271
DESPESAS ANTECIPADAS		23	5
CUSTOS DE AQUISICÃO DIFERIDOS		1.559	1.969
Seguros		1.559	1.969
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**39.249**	**42.934**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		37.891	41.603
APLICAÇÕES	5	32.907	30.915
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		4.971	10.687
Títulos e Créditos a Receber		254	0
Créditos Tributários e Previdenciários	16b	0	3.072
Depósitos Judiciais e Fiscais		4.717	7.615
DESPESAS ANTECIPADAS		13	1
INVESTIMENTOS	9	263	288
Participações Societárias		234	221
Outros Investimentos		29	67
IMOBILIZADO	10	742	605
Imóveis de Uso Próprio		22	22
Bens Móveis		629	542
Outras Imobilizações		91	41
INTANGÍVEL		353	438
Outros Intangiveis		353	438
TOTAL ATIVO		**131.530**	**103.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	***Nota nº***	***31/12/2015***	***31/12/2014***
Circulante		**96.697**	**61.707**
Contas a pagar		7.926	3.827
Obrigações a pagar		993	1.504
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		4.215	946
Encargos Trabalhistas		569	421
Impostos e Contribuições		2.149	761
Outras Contas a Pagar		0	195
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		4.917	3.329
Prêmios a Restituir		1	7
Operações com Resseguradoras		2.681	938
Corretores de Seguros e Resseguros		1.710	1.939
Outros Débitos Operacionais		525	445
Depósitos de Terceiros		2.603	187
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	11	55.874	52.385
Danos		54.316	51.022
Pessoas		1.558	1.363
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO		25.377	1.979
Provisão para resgates		16.821	792
Provisão para sorteio		7.370	1.187
Provisão para Despesa administrativa		1.186	0
Passivo Não Circulante		**6.417**	**6.760**
OUTROS DÉBITOS		6.417	6.760
Provisões Judiciais		6.417	6.760
Patrimônio Líquido		**28.416**	**35.465**
Capital Social	14	43.611	43.611
Reservas de Reavaliação		1	2
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(6)	(10)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(15.190)	(8.138)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**131.530**	**103.932**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL (em aprovação)	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	AJUSTE COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**41.611**	**2.000**	**2**	**(3)**	**(9.661)**	**33.949**
AUMENTO DE CAPITAL:						
Por subscrição realizada (em aprovação)						
Integralização de capital portaria SUSEP nº5.832, 09 de	2.000	(2.000)				0
AJUSTE COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:				(7)		(7)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					1.523	1.523
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**43.611**	0	**2**	**(10)**	**(8.138)**	**35.465**
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Realização de Reserva			(1)		1	0
AJUSTE COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:				4		4
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(7.053)	(7.053)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**43.611**	0	**1**	**(6)**	**(15.190)**	**28.416**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Consolidados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ações - em reais)

	Nota nº	*31/12/2015*	*31/12/2014*
PRÊMIOS EMITIDO		46.330	42.179
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		3.220	21.466
(=) PRÊMIOS GANHOS	17	**49.550**	**63.645**
(+) RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES		1.867	1.734
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18a	(36.669)	(36.165)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18b	(4.264)	(8.729)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18d	52	(1.579)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		**10.536**	**18.906**
(+/-) RESULTADO COM RESSEGURO		(6.005)	(3.815)
(+) Receita com Resseguro		1.753	4.134
(-) Despesa com Resseguro		(7.758)	(7.949)
RECEITA LIQUIDA C/ TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		**690.103**	**8.654**
(+) Arrecadação c/ Títulos de Capitalização		767.151	9.962
(-) Variação da Provisão para Resgate		(77.048)	(1.308)
(-) VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(1.186)	0
RESULTADO COM SORTEIOS		(268.159)	**(6.273)**
(-) CUSTO DE AQUISIÇÃO	18c	(388.370)	(2.010)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18e	107	55
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		**32.495**	**427**
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18f	(18.942)	(15.761)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18g	(21.814)	(2.563)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	18h	5.966	5.564
(+) RESULTADO PATRIMONIAL	18i	0	237
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**2.236**	**2.994**
(+/-) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		(355)	(303)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**1.881**	**2.691**
(-) IMPOSTO DE RENDA	16	(5.010)	(396)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(3.601)	(272)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(323)	(178)
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO		**(7.053)**	**1.845**
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		329.360.660	329.360.660
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,02)	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações de Resultados Abrangentes Consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	*31/12/2014*
Lucro líquido do período	(7.053)	1.523
Outros resultados abrangentes	(6)	(10)
Imposto sobre o ganho/perda originado no semestre	2	4
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(4)	(6)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(7.057)	1.517
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	(7.057)	1.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do período	(7.053)	**1.845**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	265	210
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(3)	(169)
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	(247)
Outros Ajustes		
Variação nas contas patrimoniais:	**15.293**	**242**
Ativos financeiros	(26.804)	13.310
Créditos das operações de seguros e resseguros	3.009	17.962
Créditos das operações de capitalização	(501)	(495)
Ativos de resseguro	934	8.707
Créditos fiscais e previdenciários	933	61
Depósitos judiciais e fiscais	2.897	(385)
Despesas antecipadas	(31)	19
Custos de Aquisição Diferidos	410	5.399
Outros Ativos	(6.038)	(159)
Impostos e contribuições	4.662	(887)
Outras contas a pagar	(1.095)	(403)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.589	(15.181)
Depósitos de terceiros	2.416	188
Provisões técnicas - seguros e resseguros	3.488	(28.433)
Provisões técnicas - capitalização	23.426	664
Provisões judiciais	(343)	49
Outros passivos	6.341	(174)
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	8.502	1.881
Juros pagos	(4)	0
Juros recebidos	0	(26)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	13	(1.393)
Imposto sobre o lucro pagos	1	0
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	**8.512**	**462**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:		
Investimentos	2	0
Imobilizado	4	21
Intangível	0	2
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	(15)	(221)
Imobilizado	(306)	(226)
Intangível	(17)	(15)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	**(332)**	**(439)**
	8.180	23
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.180**	**23**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.147	1.124
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	9.327	1.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015
(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Investprev Seguradora S.A. (doravante "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado, com sede à Av. Carlos Gomes, 222, 10º andar em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Seguradora foi constituída em 09 de setembro de 1974, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de danos, incluindo o DPVAT, e pessoas em todo o território nacional.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém a mesma estrutura do controle acionário, ou seja, 99,954% do Banco Rural S.A.

A Seguradora é controladora da Invest Capitalização S/A, uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Av. Carlos Gomes, 222 – 10º andar, em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, que tem como objetivo social operar em produtos de capitalização em todo o território nacional. A participação da Segurada na Invest Capitalização está descrita na nota explicativa nº 9.

A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. Nesse contexto, o Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia conta com a participação de áreas responsáveis por sua Governança Corporativa que, por sua vez, abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos, alinhadas com as melhores praticas de mercado.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a implementação de uma política de redução de custos, com vistas a melhorar a rentabilidade da companhia.

Essas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Diretoria em 24 de fevereiro de 2016.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

a) <u>Declaração de conformidade</u>

Em 09 de janeiro de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 508 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais, produzindo efeitos relativamente a procedimentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2015. Em 30 de julho de 2015 a SUSEP emitiu a Circular nº 517, que revogou a Circular nº 508, produzindo efeitos a partir da data de publicação, que ocorreu em 11 de agosto de 2015. Essas circulares homologam os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais entre ativo e/ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses);
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem aos critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) foram classificados como não circulantes.

b) Base para mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial;

I. Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e
II. Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21(R1) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial a Seguradora utilizou-se das informações constantes no período findo imediatamente precedente, 31 de dezembro de 2014.

d) Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora, e estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Seguradora não possui ativos e/ou passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do exercício.

f) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação, porém deve ser medido em bases confiáveis para que as demonstrações contábeis não sejam prejudicadas.

Quando, entretanto, não puder ser feita uma estimativa razoável, o item não deve ser reconhecido na demonstração contábil. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

3. Resumo das principais políticas contábeis.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Consolidação

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para a consolidação são:
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e a empresa controlada incluída na consolidação;
- Eliminação do investimento da controladora na empresa controlada incluída na consolidação.

b) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 – Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro.

A definição de um contrato de seguro é quando a Seguradora aceita um risco de um acontecimento futuro e incerto em troca da indenização ao segurado/beneficiário, caso este risco ocorra. Os contratos de Resseguro também são tratados como contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante.

Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias entre a data da aquisição e o vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidores.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis.

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. *Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio de resultado caso seja classificado
como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de

investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. *Empréstimos e recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto aos resseguradores. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

v. *Determinação do valor justo*

Os valores justos dos investimentos com cotação publica são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação publica, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referencia a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Seguradora.

Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no

resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Compreende, substancialmente, fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros", que são reconhecidos, inicialmente, ao valor justo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e) Prêmios de seguros

Os prêmios a receber são apropriados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices ou faturas e diferidos para apropriação, no prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos. Os respectivos custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado no decorrer do prazo de vigência dos seguros.

A redução ao valor recuperável é calculada para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos com prêmios de seguros e a mesma é constituída quando o período de inadimplência for superior a 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, considerando a totalidade dos valores a receber de determinado devedor.

f) Imobilizado

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de itens do ativo imobilizado é calculada pelo método pro rata die e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, assim como bens do DPVAT, que são registrados conforme informes apurados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT. Os bens estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, às taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para móveis e utensílios e de 20% para veículos e equipamentos.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Marcas e patentes – os custos relacionados a marcas e patentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida.

Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação – DPVAT – os valores são registrados conforme relatórios apurados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída redução ao valor recuperável para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros no exercício.

i) Teste de adequação dos passivos (LAT – Liability Adequacy Test)

O Teste de Adequação de Passivos - TAP avaliou, na data-base de 31/12/2015, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015.

O TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e informações fidedignas fornecidas pela Entidade de onde podemos indicar que a INVESTPREV Seguradora não tem, pelas suas operações, necessidade de constituição suplementar de provisões.

Os cálculos foram elaborados por Atuário externo, Carlos Henrique Radanovitsck, MIBA 1213, da Empresa Equipe Atuarial Ltda.

j) Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

A Seguradora, além dos benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche/babá, vale-transporte e plano de assistência médica, também oferece auxilio educação e assistência odontológica.

k) Provisões técnicas Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas:

A provisão de sinistros a liquidar – PSL e a provisão de despesas relacionadas – PDR são constituídas pela estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros / despesas recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

A provisão de prêmios não ganhos – PPNG é constituída pela parcela do prêmio direto correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método “pró-rata dia” e contemplando os riscos vigentes e não emitidos, de acordo com metodologia própria.

A Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR é calculada conforme a Circular SUSEP nº 517/2015. Para os ramos ligados ao DPVAT, o valor é contabilizado conforme os informes recebidos da Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

l) Provisões técnicas Capitalização

As sociedades de capitalização devem constituir e calcular as provisões técnicas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas:

- *Provisão Matemática para Capitalização (PMC)*

A Provisão Matemática para Capitalização é constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, representam o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteios e de carregamento.

- *Provisão para Resgate (PR)*

A Provisão para Resgate é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título, atualizada monetariamente conforme previsão contratual. Esta provisão contempla tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados e representam os valores ainda não pagos até a data-base das Demonstrações Financeiras.

- *Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)*

A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

- *Provisão Complementar de Sorteios (PCS)*

A Provisão Complementar de Sorteios é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. Ressalte-se que a PCS não abrange os valores relativos à variabilidade dos sorteios. Esses montantes, os quais eram abrangidos pela Provisão de Contingências (que, de acordo com os normativos atuais, foi extinta), não devem ser considerados como provisão técnica, mas sim no cálculo do capital de risco de subscrição das sociedades de capitalização.

- *Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)*

A Provisão para Sorteios a Pagar é constituída a partir da data de realização do sorteio, atualizada monetariamente entre a data do sorteio e data da efetiva liquidação financeira.

- *Provisão para Despesas Administrativas (PDA)*

A Provisão para Despesas Administrativas é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC no. 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP 517/15, sendo classificados nas seguintes categorias:

- *Contingências ativas* – Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- *Contingências passivas* – São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- *Obrigações legais* – fiscais e previdenciárias – Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

n) Apuração do resultado

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização reconhecidos na emissão da apólice/certificado/endosso ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro, conforme Art. 121 da Circular nº 517/15.

As receitas e despesas de Capitalização são reconhecidas pelo regime de competência, considerando que as receitas de capitalização de pagamento único são registradas integralmente quando da emissão do título, a receita com títulos de capitalização pagamento mensal são registradas a primeira mensalidade quando da respectiva emissão e demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio, e demais custos necessários para comercialização dos títulos de capitalização acompanham a forma de contabilização da receita.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro líquido, ajustados pelos itens definidos em legislação específica.

4. Gerenciamento de riscos.

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco financeiro:
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A Administração considera essa

estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora.

A estrutura interna de gerenciamento de riscos da Seguradora é composta pelas seguintes áreas:

- Departamento de controles internos;
- Departamento de análise de subscrição de risco;
- Departamento atuarial;
- Auditoria interna.

a) Risco de seguro

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Histórico dos sinistros de longo prazo; e
- Características e perfil do risco.

Neste sentido, a Seguradora entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de indenizações resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

A gestão de riscos é realizada através de regras de subscrição rigorosamente seguidas pelas áreas de subscrição, técnica e operacional. Cada produto ou cotação deve seguir os preceitos estabelecidos no manual de subscrição, notas técnicas, condições gerais e contrato de resseguro, sempre observando os limites e alçadas pré-definidas.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Seguradora realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos.

A concentração de riscos da Seguradora está no seguro de pessoas, seguro garantia, seguro DPVAT e RCO em todo o território nacional.

b) Análise de sensibilidade – Seguros

Os produtos de seguros apresentam como principal risco de negócio o valor das perdas ou sinistros ocorridos superarem o valor das provisões técnicas e prêmios recebidos.

Há também incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Um exemplo disso é que o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos eles forem efetivamente liquidados pela Seguradora.

O teste de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no passivo da Seguradora, bem como no patrimônio líquido ajustado (PLA), quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

A Análise de Sensibilidade prevista no inciso XI do Artigo 156 da Circular SUSEP 517/2015 determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários com alterações nas variáveis de despesas administrativas e índice de sinistralidade.

O quadro abaixo demonstra as variabilidades ocorridas considerando a alteração de premissas (em milhares):

		Sensibilidade	PL	Resultado
a. Despesas administrativas	Aumento	Como uma elevação de 5% no valor afetaria o exercício	**34.609**	**(7.913)**
b. índice de sinistralidade	Aumento	Como uma elevação de 5% no índice de sinistralidade afetaria exercício	**33.636**	**(8.887)**

c) <u>risco de crédito</u>

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora.

O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e
- Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

<u>Gerenciamento de risco de crédito</u>

Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Seguradora adota estratégias de repasse de risco à resseguradoras. Para diminuir o risco de crédito de recuperação nas operações de resseguro, esta Seguradora vem fazendo um trabalho junto aos resseguradores para reduzir o aging de recuperação.

Avaliação de rating das resseguradoras que operam com à Seguradora

Contrato Excesso de Danos – RCO:

Contrato Invest RCO 2015/2016 (ED)								
Ressegurador	Código FIP SUSEP	% PARTIC	TIPO	OBS.:	Rating			
					AM Best	Moody's	S&P	Fitch
EVEREST REINSURANCE COMPANY	44920	50%	ADMITIDO		A+			
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	31623	50%	LOCAL		A-			

Contrato Quota Parte – RCO:

Contrato Invest RCO 2015/2016 (QS)								
Ressegurador	Código FIP SUSEP	% PARTIC	TIPO	OBS.:	Rating			
					AM Best	Moody's	S&P	Fitch
EVEREST REINSURANCE COMPANY	44920	50%	ADMITIDO		A+			
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	31623	50%	LOCAL		A-			

Contrato Excesso de Danos – Pessoas (Risco/Catástrofe):

Contrato Carteira de Pessoas - Excesso de Danos (Risco/Catástrofe) 2015/2016								
Ressegurador	Código FIP SUSEP	% PARTIC	TIPO	OBS.:	Rating			
					AM Best	Moody's	S&P	Fitch
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	31623	100%	LOCAL		A-			

A política de emissão de apólices considera todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, incluindo a análise de risco de crédito dos segurados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, através de ferramentas específicas de verificação de perfil de risco.

Com relação aos ativos financeiros, a Seguradora optou por minimizar ao máximo o risco de crédito das contrapartes, pela escolha de ativos de baixíssimo risco. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por títulos públicos federais, quotas de fundos de investimentos vinculados ao DPVAT, além de títulos privados (cujas instituições financeiras emissoras apresentam risco de crédito reduzido).

	Standard & Poor's – Escala Nacional					
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**brBBB-**	**Sem Rating**	**Saldo contábil dez/15**	**brAAA**	**Sem Rating**	**Saldo contábil dez/14**
Ativo circulante						
Títulos disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro – LFT	32.908	-	32.908	30.855	-	30.855
Quotas de fundos de investimentos	895	21.893	22.788	3.198	1.251	4.449
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos DPVAT		40.815	40.815		32.616	32.616
Outros titulos		126	126		214	214
Títulos mantidos até o vencimento			-			-
Depósito a Prazo com Garantia Especial		-	-	1.726	-	1.726
Exposição máxima ao risco de crédito	**17.556**	**40.970**	**96.637**	**24.208**	**32.830**	**69.860**

d) Risco financeiro

A Seguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos pelos diversos ativos e passivos inerentes ao seu negócio. Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são:

- Risco de mercado; e
- Risco de liquidez.

d.1) *Risco de mercado*

Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado dos ativos.

Para avaliação do risco de mercado de seu portfólio de investimentos a Seguradora utiliza o modelo "Value at Risk (V@R)", sendo que sua parametrização é a seguinte:

- Sem correlações;
- Volatilidade paramétrica;

- Nível de confiança de 95%; e
- Período de reversão de 1 (um) dia.

Análise de sensibilidade – Ativos financeiros

Considerando que a carteira da Seguradora está 100% alocada no parâmetro CDI/SELIC, na presente análise de sensibilidade foi considerada como premissa básica a variação da taxa de juros.

O teste de sensibilidade considera os efeitos isolados de cada fator de risco. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

d.2) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. Ele é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos a pagar da Seguradora. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Dentro desse contexto, a Seguradora possui uma política criteriosa de comercialização visando mitigar os riscos inerentes à subscrição, entre eles o risco de não recebimento do prêmio (inadimplência).

No âmbito dos ativos financeiros, a Seguradora investe recursos em ativos financeiros cujos valores de mercado são amplamente conhecidos e confiáveis. Tais ativos são altamente líquidos e podem ser transformados em caixa rapidamente.

A composição dos ativos financeiros por prazo e por título e os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados na nota explicativa no. 5, de acordo com o vencimento dos títulos.

A combinação das características de subscrição e dos ativos financeiros, mencionadas acima, tende a reduzir o risco de liquidez.

e) Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infra-estrutura e fatores externos.

Operacional:

O planejamento estratégico elenca diretrizes para todas as áreas da Seguradora. A Equipe Operacional tem como principal atividade funções de articulação e possui o objetivo de alavancar a produtividade dos clientes internos e externos, com o compromisso de gerar resultados por meio de suporte à operação e soluções que agregam valor à empresa. Para tanto, a Seguradora realizou novas contratações para ampliação do quadro de colaboradores, segue na implementação diária de documentação de processos e treinamento, visando multiplicar conhecimento entre os colaboradores. As melhores práticas visam reconhecimento pelas demais áreas, como uma equipe dedicada na busca em inovações, excelência na gestão de processos, eficácia na gestão de incidentes e facilitadora para os atuais e novos produtos.

Tecnologia da Informação

Visando mitigar os riscos inerentes a Tecnologia da Informação, a Seguradora elaborou uma política para utilização de recursos computacionais que trata da confidencialidade da informação, direitos

deveres e responsabilidades dos usuários, licenciamento de software, política de senhas, além da disponibilidade de seus recursos. Para isto, deu ciência a todos os seus colaboradores, recolhendo a assinatura em um formulário especifico para este fim.

Em infraestrutura, a seguradora está com um projeto em andamento para implantação e reforço do link corporativo em suas principais filiais, preparando-se assim para contingenciar suas operações.

Além disto, tem investido maciçamente em um projeto para revisar seus sistemas operacionais e de gestão para eliminar todos os gaps e trazer maior automaticidade, agilidade e controle às suas atividades, possibilitando assim alavancar suas potencialidades.

5. Aplicações

a) Aplicações financeiras por vencimento

Demonstramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	dez/15							dez/14						
Descrição	Taxa de Juros Contratada %	Sem Vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	Saldo Contábil	Percentual por categoria	Taxa de Juros Contratada %	Sem Vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	Saldo Contábil	Percentual por categoria
Títulos para venda							**100,00**							**97,53**
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	Selic			32.908	32.908	32.908	34,05	Selic			30.855	30.855	30.855	44,16
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	Selic	895	21.893		22.788	22.788	23,58	Selic	3.198	1.251		4.449	4.449	6,37
Quotas de fundos de investimento DPVAT	Selic	40.815			40.815	40.815	42,24	Selic	32.616			32.616	32.616	46,69
Outras aplicações	-	126			126	126	0,13	-	214			214	214	0,31
Títulos mantidos até o vencimento							**0,00**							**2,47**
Depósito a Prazo Garantia Especial	125%CDI				0	0	0,00	125%CDI		1.726		1.726	1.726	2,47
Total por vencimento		**41.836**	**21.893**	**32.908**	**96.637**	**96.637**	**100**		**36.028**	**2.977**	**30.855**	**69.860**	**69.860**	**100**

b) Determinação do valor justo das aplicações financeiras

O valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data do balanço.

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.
Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA).

Em razão dos ativos financeiros da Seguradora encontrarem-se integralmente alocados no padrão CDI/SELIC, os valores contábeis já estão registrados à mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- Nível 2 – outros dados, que não sejam os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (isto é, derivado dos preços).

- Nível 3 – os dados para o ativo ou passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	dez/15		dez/14	
Descrição	Nível 1	Saldo Contábil	Nível 1	Saldo Contábil
Títulos para venda				
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	32.908	32.908	30.855	30.855
CDB pós-fixado				
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	22.788	22.788	4.449	4.449
Quotas de fundos de investimento DPVAT	40.815	40.815	32.616	32.616
Outras aplicações	126	126	214	214
Títulos mantidos até o vencimento				
Depósito a Prazo Garantia Especial	0	0	1.726	1.726
Total da carteira	**96.637**	**96.637**	**69.860**	**69.860**

Todos os ativos financeiros da Seguradora estão classificados no Nível 1.

c) Ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas

Como garantia das Provisões Técnicas das Operações de Seguros, encontram-se vinculados à SUSEP os seguintes bens integrantes do Ativo:

	dez/15	dez/14
Provisões Técnicas - Seguros	**55.874**	**52.385**
Exclusões:		
Ativos de Resseguro Redutores	2.502	3.256
Direito Creditório	2.291	4.369
Provisões dos Consórcios DPVAT	40.804	32.603
Total das Exclusões:	45.597	40.228
Total a ser coberto	**10.277**	**12.157**
Ativos garantidores (Ativos Líquidos)		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	16.661	19.284
RDB - Recibo de Déposito Bancário	0	1.726
Fundo de Investimento	895	3.198
Total oferecido em cobertura de reservas	**17.556**	**24.208**
Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas	**7.279**	**12.051**

Como garantia das Provisões Técnicas de operações de capitalização, encontram-se vinculados à SUSEP os seguintes bens integrantes do Ativo:

Ativos Garantidores	**dez/15**	**dez/14**
Aplicações		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	16.247	11.571
Fundos de Investimentos não exclusivos	21.893	1.251
Ativos Totais	**38.140**	**12.822**
a) Provisões Técnicas - Total a Ser Coberto	25.377	1.979
b) Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas	12.763	10.843
Suficiência atingida em % (b) / (a)	**50,29%**	**547,90%**

d) Quadro de movimentação das aplicações financeiras

Tipo de Aplicação	Saldo em dez/14	Resgates	Aplicações	Rendimento	Ajuste de TVM	Redistribuição DPVAT	Saldo em dez/15
Recibo de Deposito Bancario -DPGE	1.726	(1.763)	-	37			0
Letras Financeira do Tesouro- LFT	30.855	(4.876)	3.000	3.924	5		32.908
Fundo FI RF DPVAT	32.616	(9.752)	12.431	4.650		870	40.815
FI SICREDI IMA-B	546	(579)		33			0
Fundo de Investimentos Esp. Sicredi	3.903	(32.186)	48.808	2.188	75		22.788
Outras Aplicações	214	(88)	-	-			126
Total	**69.860**	**(49.244)**	**64.239**	**10.832**	**80**	**870**	**96.637**

Tipo de Aplicação	Saldo em dez/13	Resgates	Aplicações	Rendimento	Ajuste de TVM	Redistribuição DPVAT	Saldo em dez/14
Certificado Dep Bancario -CDB	47	(49)	-	2			-
Recibo de Deposito Bancario -DPGE	2.324	(902)	-	304			1.726
Letras Financeira do Tesouro- LFT	46.660	(52.357)	32.568	3.993	(9)		30.855
Fundo FI RF DPVAT	29.627	(7.689)	5.983	3.493		1.202	32.616
FI SICREDI IMA-B	3.863	(3.667)	-	350			546
Fundo de Investimentos Esp. Sicredi	-	(9.105)	12.686	322			3.903
Outras Aplicações	648	(491)	57	-			214
Total	**83.169**	**(74.260)**	**51.294**	**8.464**	**(9)**	**1.202**	**69.860**

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não havia contratos envolvendo operações de “swap”, opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Seguradora.

6. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta de acordo com as vigências contratuais das apólices. Abaixo o prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia:

	Ramo	Prazo
0982	Acidentes Pessoais	1
0114	Compreensivo Residencial	2
0118	Compreensivo Empresarial	1
0746	Fiança Locatícia	6
0775	Garantia Segurado - Publico	1
0776	Garantia Segurado - Privado	2
0623	RC Ônibus	5
0628	RCFV Ônibus	4

A Seguradora avalia periodicamente os valores registrados na rubrica “11319 – Redução ao valor recuperável", constituído quando o período de inadimplência for superior 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, considerando a totalidade dos prêmios a receber de determinado devedor. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 750 e em 31 de dezembro de 2014 era de R$ 622.

a) Prêmios a receber por ramo

A seguir a abertura dos prêmios a receber por ramos nas datas indicadas:

	Prêmios a receber	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**
Ramos	**dez/15**	**dez/15**	**dez/14**	**dez/14**
114 COMPREENSIVO RESIDENCIAL	232	178	228	22
116 COMPREENSIVO CONDOMINIO	0	0	1	1
118 COMPREENSIVO EMPRESARIAL	20	0	18	2
351 RC GERAL	0	0	2	2
623 RESP CT RODOVIÁRIO INTEREST E I	1.561	0	1.048	3
628 RESPONSAB CIVIL FACULT VEÍCULOS	2.220	1	4.196	5
746 FIANÇA LOCATÍCIA	1.011	75	790	79
775 GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO	392	233	456	242
776 GARANTIA SEGURADO - SETOR PRIVADO	319	263	263	263
982 ACIDENTES PESSOAIS	450	0	527	2
993 VIDA EM GRUPO	1	0	1	1
Total	**6.206**	**750**	**7.530**	**622**

b) Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

AGING - Prêmios a receber	dez/15	dez/14
Vencidos entre 01 e 30 dias	389	375
Vencidos entre 31 e 60 dias	45	34
Vencidos entre 61 e 120 dias	4	49
Vencidos entre 121 e 180 dias	0	32
Vencidos entre 181 e 365 dias	16	119
Vencidos acima de 365 dias	722	422
A vencer entre 01 e 30 dias	1.516	935
A vencer entre 31 e 60 dias	761	740
A vencer entre 61 e 120 dias	1.049	1.462
A vencer entre 121 e 180 dias	812	1.169
A vencer entre 181 e 365 dias	892	2.120
A vencer superior a 365 dias	-	73
Total	**6.206**	**7.530**

c) Movimentação dos prêmios a receber

	dez/15	dez/14
Saldo inicial	6.828	20.186
(+) Prêmios Emitidos	19.365	24.065
(+)IOF	1.275	1.390
(+)Adicional de Fracionamento	204	215
(-) Prêmios cancelados	(5.490)	(12.846)
(-) Recebimentos	(16.678)	(26.271)
(-) Juros Apropriar	(25)	(80)
Constituição/reversão de redução ao valor recuperavel	(128)	169
Saldo final	5.351	6.828

7. Resseguro

Definimos a política de resseguro, tomando como premissa nossa capacidade de retenção por risco segurado, elaborada através de estudos atuariais.

Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos Resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro automáticos são firmados e renegociados no final de suas vigências. Existem também os termos facultativos que consideram a modalidade não proporcional, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados.

A Seguradora trabalha basicamente com dois grandes grupos de seguros: seguro de Pessoas e seguro de responsabilidades. Dentro destes grupos temos:

• Seguros de responsabilidades - Os contratos de seguros de responsabilidades asseguram ao segurado uma compensação na ocorrência de prejuízos. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais são na modalidade de Responsabilidade comercializada é a de Ônibus (RCO).

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo

desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas.

Seguros de Pessoas – Os contratos de seguros de Pessoas asseguram indenizações em função de Morte qualquer causa, invalidez por doença ou acidente, perda de emprego, diárias por incapacidade temporária e despesas médicas, hospitalares e odontológicas do segurado.

8. Títulos e créditos a receber

	dez/15	dez/14
Depósitos judiciais e fiscais	4.794	7.614
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias (conforme nota explicativa nº. 16b)	-	3.072
(*) Bloqueios bancários por decisão judicial	24	971
Valores a receber de congêneres	-	147
Imposto de renda e contribuição social a compensar e antecipações	3.905	1.765
Ressarcimentos	320	121
Outros valores a receber	1.701	84
Total	**10.744**	**13.774**
Circulante	**5.773**	**3.087**
Não circulante	**4.971**	**10.687**

(*) Referem-se a valores bloqueados decorrentes de decisões judiciais de causas em andamento, sendo a maioria relacionada a causas cíveis. As obrigações legais e os eventuais passivos contingentes relacionados a estas causas estão provisionados, quando necessário, em “Sinistros a liquidar” e “Provisões judiciais”.

9. Participações societárias e outros investimentos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os investimentos estão apresentados como segue:

	Participação no capital total (%)	Patrimônio Líquido	Equivalência	Investimento	Participação no capital total (%)	Patrimônio Líquido	Equivalência	Investimento
Invest Capitalização S/A	99,99	12.433	6.868	12.433	99,99	12.662	247	12.662
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	1,03732			234	0,98791		0	221
Subtotal			6.868	12.667			247	12.883
Incentivos fiscais			-	29			-	411
Redução ao valor recuperável			-	0			-	(344)
Total			6.868	12.696			247	12.950

10. Imobilizado

	dez/15			dez/14			
	Custo de aquisição	Depreciação	Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Líquido	Taxas anuais de depreciação %
Terrenos	2	-	2	2	-	2	-
Edificações	39	(20)	19	39	(19)	20	4
Equipamentos	654	(194)	460	477	(93)	384	20
Móveis, máquinas e utensílios.	204	(54)	150	164	(33)	131	10
Veículos	51	(31)	20	49	(22)	27	20
(*) Benfeitorias em imóveis de terceiros	136	(45)	91	51	(11)	40	-
(**) Outros	-	-	-	1	-	1	-
Total	1.086	(344)	742	783	(178)	605	

11. Provisões técnicas

a) Detalhamento das provisões técnicas de Seguros por ramo - bruto de resseguro:

	PSL		IBNR		PPNG		PPNG-RVNE		PVR		PDR	
	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15
111 - Incêndio tradicional	52	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 - Compreensivo residencial	30	79	34	8	37	93	2	3	-	-	-	4
116 - Compreensivo condominial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
118 - Compreensivo empresarial	-	-	9	8	-	3	-	2	-	-	-	-
141 - Lucros cessantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
167 - Riscos de engenharia	131	131	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
171 - Riscos diversos	529	312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
173 - Global de bancos	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
234 - Riscos de petróleo	3	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
351 - Responsabilidade civil geral	912	729	5	17	1	2	-	-	-	-	-	9
433 - Marítimos	28	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
435 - Aeronáuticos	829	677	1	1	-	-	-	-	-	-	-	71
553 - Responsabilidade civil facultativa	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
588 - DPVAT	15.885	14.578	16.327	25.930	-	-	-	-	-	-	391	297
621 - Transporte nacional	22	22	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
622 - Transporte internacional	13	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
623 - RC Ônibus	341	435	70	77	1.132	1.616	130	17	3	-	2	28
628 - RCFV Ônibus	2.890	2.550	1.423	862	4.395	2.479	479	43	9	1	2	70
745 - Garantia de obrigações públicas	331	331	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
746 - Fiança locatícia	103	149	84	117	1.101	1.469	149	37	-	-	1	8
775 - Garantia - Setor Público	918	196	9	4	1.331	419	229	50	-	-	-	4
776 - Garantia - Setor Privado	159	159	12	1	269	62	195	19	-	-	-	1
870 - Crédito Doméstico - Risco PF	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
977 - Prestamista	-	-	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-
980 - Educacional	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
981 - Acidentes pessoais individual	40	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
982 - Acidentes pessoais coletivo	167	286	84	208	654	520	10	31	-	-	-	30
993 - Vida em grupo	397	369	-	35	-	1	-	-	-	-	-	45
Total	**23.798**	**21.138**	**18.065**	**27.275**	**8.920**	**6.664**	**1.194**	**203**	**12**	**1**	**396**	**593**

b) Detalhamento das provisões técnicas de Seguro por ramo - líquido de resseguro:

	PSL		IBNR		PPNG		PPNG-RVNE		PVR		PDR	
	dez/14	**dez/15**	**dez/14**	**dez/15**	**dez/14**	**dez/15**	**dez/14**	**dez/15**	**dez/14**	**dez/15**	**dez/14**	**dez/15**
111 - Incêndio tradicional	52	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
114 - Compreensivo residencial	30	79	34	8	37	93	2	3	-	-	-	4
116 - Compreensivo condominial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
118 - Compreensivo empresarial	-	-	9	8	-	3	-	2	-	-	-	-
141 - Lucros cessantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
167 - Riscos de engenharia	131	131	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
171 - Riscos diversos	529	312	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
173 - Global de bancos	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
234 - Riscos de petróleo	3	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
351 - Responsabilidade civil geral	912	729	5	17	1	2	-	-	-	-	-	9
433 - Marítimos	28	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
435 - Aeronáuticos	829	677	1	1	-	-	-	-	-	-	-	71
553 - Responsabilidade civil facultativa	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
588 - DPVAT	15.887	14.577	16.327	25.929	-	-	-	-	-	-	391	296
621 - Transporte nacional	22	22	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
622 - Transporte internacional	13	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
623 - RC Ônibus	204	261	42	49	928	1.163	119	17	3	-	1	19
628 - RCFV Ônibus	1.799	1.637	867	578	3.896	1.709	456	43	9	1	1	49
745 - Garantia de obrigações públicas	331	331	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
746 - Fiança locatícia	103	149	84	117	1.101	1.469	149	37	-	-	1	8
775 - Garantia - Setor Público	433	78	1	1	743	286	151	50	-	-	-	2
776 - Garantia - Setor Privado	80	80	8	1	181	42	132	19	-	-	-	1
870 - Crédito Doméstico - Risco PF	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
977 - Prestamista	-	-	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-
980 - Educacional	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
981 - Acidentes pessoais individual	40	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
982 - Acidentes pessoais coletivo	167	286	84	208	644	510	10	31	-	-	-	30
993 - Vida em grupo	397	369	-	35	-	1	-	-	-	-	-	45
Total	**22.008**	**19.853**	**17.469**	**26.959**	**7.531**	**5.278**	**1.019**	**203**	**12**	**1**	**394**	**560**

c) Movimentação das provisões técnicas de Seguros - bruto de resseguro

Movimentação das Provisões Técnicas (Seguros) - Bruta de Resseguro

	31/12/2014	Reversão	Constituição	Pagamento	31/12/2015
IBNR	18.065	(1)	9.211	-	27.275
PPNG	8.920	(3.162)	906	-	6.664
PPNG- RVNE	1.194	(991)	-	-	203
PDR	396	-	903	(706)	593
PSL	23.798	(850)	8.411	(10.221)	21.138
PVR	12	(6)	5	(10)	1
Total	52.385	(5.010)	19.436	(10.937)	55.874

d) Movimentação das provisões técnicas de Seguros - líquido de resseguro

Movimentação das Provisões Técnicas (Seguros) - Líquida de Resseguro

	31/12/2014	Reversão	Constituição	Pagamento	31/12/2015
IBNR	17.469	(82)	9.572	-	26.959
PPNG	7.531	(3.281)	1.028	-	5.278
PPNG- RVNE	1.019	(832)	16	-	203
PDR	394	(27)	726	(533)	560
PSL	22.008	(818)	6.570	(7.907)	19.853
PVR	12	(6)	5	(10)	1
Total	48.433	(5.046)	17.917	(8.450)	52.854

e) *Desenvolvimento de sinistros*

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do exercício em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos períodos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Companhia

Montante estimado para os sinistros	jun/12	dez/12	jun/13	dez/13	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15	TOTAL
- No final do semestre do aviso	2.682	5.503	11.282	13.265	10.767	3.978	2.792	3.512	
- Um semestre após o aviso	2.636	6.014	10.142	11.499	8.378	3.768	3.139		
- Dois semestres após o aviso	2.325	6.121	10.013	12.136	9.144	3.963			
- Três semestres após o aviso	2.331	6.169	10.352	12.852	9.535				
- Quatro semestres após o aviso	2.329	6.319	10.503	13.104					
- Cinco semestres após o aviso	2.375	6.298	10.671						
- Seis semestres após o aviso	2.459	6.744							
- Sete semestres após o aviso	2.567								
Estimativa corrente	**2.567**	**6.744**	**10.671**	**13.104**	**9.535**	**3.963**	**3.139**	**3.512**	**53.236**
Pagamentos acumulados até a data base	**2.221**	**6.353**	**10.049**	**12.659**	**9.145**	**3.735**	**2.950**	**2.095**	**49.209**
Passivo reconhecido no balanço	**346**	**391**	**622**	**445**	**390**	**228**	**189**	**1.417**	**4.027**

12. Depósitos de terceiros

Esta rubrica contempla valores a reclassificar oriundos de operações de capitalização, como segue:

	Depósitos de Terceiros	Outros Depósitos	**Total em dez/2015**
De 01 a 30 dias	1.186	150	**1.336**
De 31 a 60 dias	-	-	**-**
De 61 a 120 dias	-	114	**114**
De 181 a 365 dias	-	1.153	**1.153**
TOTAL	**1.186**	**1.417**	**2.603**

	Depósitos de Terceiros	Outros Depósitos	**Total em dez/2014**
De 01 a 30 dias	110	27	**137**
De 31 a 60 dias		50	**50**
De 61 a 120 dias	-	-	**-**
De 181 a 365 dias	-	-	**-**
TOTAL	**110**	**77**	**187**

13. Passivos contingentes e obrigações legais.

a) Obrigações legais (*)

Contingências	Quantidade de ações	Probabilidade de perda	Valor estimado pelos advogados (*) dez/15	dez/14
(1) PIS	1	Provável	**0**	**452**
(2) Contribuição social	1	Provável	**1.556**	**1.556**
(3) DPVAT	1	Provável	**2.329**	**2.329**
Total	**3**		**3.885**	**4.337**

(*) A Seguradora constitui provisão para cada uma das obrigações legais acima listadas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e, se necessário, será atualizado.

(1) *PIS - Majoração de alíquota - janeiro/96 a junho/96*

Refere-se a questionamento acerca da ampliação da base de cálculo do PIS promovida pela medida provisória nº 517/94 e posteriores reedições que, ao regulamentarem a Emenda Constitucional 10/96, determinaram a incidência da contribuição sobre outras parcelas que não apenas a sua receita bruta operacional.

(2) *CSL - Diferença de alíquota julho a dezembro/94*

A Seguradora questiona a diferença entre a alíquota da CSLL aplicável às instituições financeiras e equiparadas, nos moldes da Lei Complementar 70/91, e a alíquota aplicável às demais pessoas jurídicas.

(3) *DPVAT*

A Seguradora foi autuada pelo Fundo Nacional de Saúde sob o argumento de ausência de repasse de 50% dos valores arrecadados a título de DPVAT de maio, abril e agosto de 2001. A Seguradora ajuizou medida judicial para questionar a referida exigência, tendo efetuado depósito judicial no montante de R$ 2.549 para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão. Embora não tenha natureza tributária, o repasse em questão foi caracterizado como obrigação legal pela SUSEP, ocasionando a constituição da provisão contábil.

b) Contingências de sinistros e cíveis

As ações cíveis, impetradas por segurados ou beneficiários de seguros, são relacionadas, em sua maioria, a questões envolvendo a existência de sinistro e a cobertura securitária, que são fatores determinantes do dever de pagar ou não a indenização contratada. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes das decisões judiciais.

O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados, é assim sumariado

Probabilidade de perda	dez/15 Valor reclamado	dez/15 Valor provisionado	dez/15 Quantidade de ações	dez/14 Valor reclamado	dez/14 Valor provisionado	dez/14 Quantidade de ações
Sinistros						
Provável	3.877	3.716	221	3.752	2.826	212
Possível	445	0	5	872	444	16
Remota	78	0	7	287	219	8
Subtotal	4.400	3.716	233	4.911	3.489	236
Cíveis						
Provável	1.189	2.532	15	4.385	2.305	9
Possível	200	-	2	1.173	72	7
Remota	5.992	-	12	9.244	46	12
Subtotal	7.381	2.532	29	14.802	2.423	28
DPVAT						
Provável	6.473	1.894	447	6.462	2.231	427
Possível	27.430	8.025	2.342	22.030	7.606	1.875
Remota	6.190	1.811	426	5.419	1.871	367
Subtotal	40.093	11.730	3.215	33.911	11.708	2.669
Total	51.874	17.978	3.477	53.624	17.620	2.933

c) As contingências foram movimentadas conforme quadro abaixo:

Cíveis	dez/15	dez/14
Saldo inicial	2.423	2.373
Novas constituições	121	6
Baixa da provisão	(254)	(50)
Variação da reserva	(2)	7
Atualização monetária	244	87
Saldo final	2.532	2.423

d) Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	dez/2015	dez/2014
1) Saldo do início do período	3.489	2.398
2) Total pago no período	(1.406)	(476)
3) Novas constituições no período	1.786	1.688
4) Baixa da provisão por êxito	(625)	(577)
5) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	330	390
6) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	142	66
7) Saldo final do período	3.716	3.489

e) Informações PSL DPVAT

Aging List PSL DPVAT

Faixa (Anos)	PSL (R$)	Quantidade
0 - 1	4.249	1.299
1 - 2	2.712	791
2 - 3	1.547	422
3 - 4	961	231
4 - 5	739	175
5 <	1.518	297

PSL Judicial DPVAT

Quantidade	Valor de pagamento (R$)	Valor de abertura (R$)
441	2.810	3.421

f) Contingências - Capitalização:

A Companhia possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2015 sendo considerados como probabilidade de perda remota ou possível, sendo assim não há registro de provisões na contabilidade.

Natureza da Ação	UF	Valor da Causa	Valor Provisionado	Probabilidade de Perda
Capitalização	RN	1	0	Possível
Cível - demais	RN	27	0	Possível
Cível - demais	RS	12.723	0	Remota
Cível - demais	RN	19	0	Possível
Tributária	RS	56	0	Possível
Capitalização	SP	1	0	Remota
Ação Civil Pública	MA	1.000	0	Remota

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 43.611 e estão representadas por 329.360.660 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, correspondendo a um voto na assembleia geral.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto.

15. Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e Capital Mínimo Requerido – CMR

a) Abaixo o demonstrativo correspondente às operações de Seguros:

	dez/15	dez/14
Patrimônio Líquido	28.416	35.465
(-) Partic. societárias em soc. Financ. e não financ. classificadas como invest.permanente	(12.667)	(12.883)
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(34)	(5)
(-) Ativos intangíveis	(353)	(438)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**15.362**	**22.139**
Capital-base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de Risco (II)	**3.121**	**3.259**
Capital de Risco de Subscrição	1.797	2.421
Capital de Risco de Crédito	1.423	1.010
Capital de Risco Operacional	326	412
Benefício da diversificação	(425)	(584)
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))	**15.000**	**15.000**
Suficiência de capital (PLA-CMR)	**362**	**7.139**
Necessidade de cobertura de reservas técnicas (nota nº 5c) (a)	**10.277**	**12.157**
Ativos Líquidos (nota nº 5c) (b)	**17.556**	**24.208**
Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões (c) (b - a)	**7.279**	**12.051**
20% do CR (II) para o ano de 2015 e 20% do CMR para o ano de 2014 (d)	**624**	**3.000**
Liquidez em relação ao CR (superior a 20%) em 2015 e em relação ao CMR em 2014 (c - d)	**6.654**	**9.051**

b) Abaixo o demonstrativo correspondente às operações de Capitalização:

	dez/15	dez/14
Patrimônio Líquido	12.433	12.662
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(2)	(1)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**12.431**	**12.661**
Capital-base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de Risco (II)	**8.163**	**1.462**
Capital de Risco de Subscrição	5.489	1.190
Capital de Risco de Crédito	1.358	317
Capital de Risco Operacional	1.884	86
Benefício da diversificação	(568)	(131)
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))	**10.800**	**10.800**
Suficiência de capital (PLA-CMR)	**1.631**	**1.861**
Necessidade de cobertura de reservas técnicas (nota nº 5c) (a)	**25.405**	**1.979**
Ativos Líquidos (nota nº 5c) (b)	**38.140**	**12.821**
Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões (c) (b - a)	**12.735**	**10.842**
Liquidez em relação ao CMR	**117,91%**	**100,40%**

16. Imposto de renda e contribuição social

a) O imposto de renda e a contribuição social devido sobre as operações do exercício e sobre as diferenças intemporais decorrentes de adições e exclusões é como segue:

Descrição	dez/2015 Contribuição Social	dez/2015 Imposto de Renda	dez/2014 Contribuição Social	dez/2014 Imposto de Renda
Resultado antes dos Tributos e após participações	12.407	12.407	2.692	2.692
(+) Constituições de Provisões	17	17	-	-
(+) Outras Variações			48	48
(+) Patrocinio - Lei Rouanet	50	50	-	-
(-) Reversões de Provisões			(120)	(120)
(-) Ajustes por aumento no vlr de investimentos avaliados p/Patrimônio Líquido			(247)	(247)
Lucro real antes das compensações	**12.474**	**12.474**	**2.373**	**2.373**
Compensação Prejuízo fiscal	-	-	(563)	(563)
Base de cálculo	**12.474**	**12.474**	**1.810**	**1.810**
Parcela isenta	-	240	-	240
Taxa nominal do tributo	20%	15%	15%	15%
Taxa adicional	-	10%	-	10%
Tributos Calculado a taxa nominal	**2.495**	**3.045**	**272**	**404**
PAT - Programa de alimentação ao trabalhador	**-**	**-**	**-**	**(8)**
Despesa/Receita Contabilizada	2.495	3.045	272	396

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido

	dez/15		**dez/14**	
Diferenças temporárias	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**
Provisão para recuperação de sinistros	**0**	**0**	**3.682**	**3.682**
Provisão para contingências trabalhistas	**0**	**0**	**50**	**50**
Provisões cíveis	**0**	**0**	**3.220**	**3.220**
Tributos com exigibilidade suspensa	**0**	**0**	**489**	**-**
Outros	**0**	**0**	**425**	**425**
Total da base de cálculo	**0**	**0**	**7.866**	**7.377**
Alíquota	**15%**	**20%**	**25%**	**15%**
Total do crédito tributário	**0**	**0**	**1.966**	**1.106**
Total geral	**0**		**3.072**	

Com base nas premissas estabelecidas na Circular SUSEP nº 517/2015 o crédito tributário foi integralmente revertido em 2015.

17. Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação na área de Seguros da Seguradora são:

Principais ramos	Prêmios ganhos		Sinistros retidos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
0114 Compreensivo Residência	358	2.264	85	819	23,79%	36,16%	54,42%	29,05%
0118 Compreensivo Empresarial	350	384	3	7	0,94%	1,77%	54,83%	57,30%
0351 RC Geral	1	18	110	96	9835,81%	543,03%	57,56%	12,08%
0588 Consórcio DPVAT	32.151	30.004	27.867	26.197	86,68%	87,31%	1,42%	1,43%
0623 RC Ônibus	2.855	5.536	1.744	1.842	61,08%	33,28%	18,33%	24,45%
0628 RCFV Ônibus	8.386	15.053	5.132	7.908	61,20%	52,53%	19,48%	24,87%
0746 Fiança Locaticia	2.176	1.662	1.189	807	54,62%	48,57%	30,67%	31,90%
0775 Garantia Segurado - Publico	1.402	4.385	3	320	0,20%	7,29%	16,53%	16,78%
0776 Garantia Segurado - Privado	488	942	1	110	0,15%	11,70%	11,16%	11,18%
0977 Prestamista	18	13	3	2	17,40%	0,00%	37,95%	57,66%
0982 Acidentes pessoais	1.362	3.382	453	(2.025)	33,25%	-59,89%	22,25%	27,66%
0993 Vida em grupo	4	2	207	(237)	5135,61%	-11333,98%	18,22%	11,84%
Demais Ramos	-	1	(126)	319	-49765,54%	47994,96%		
Total	49.550	63.645	36.669	36.165				

18. Detalhamento de contas de resultado

a) Sinistros Ocorridos

	dez/15	dez/14
Indenizações avisadas – Administrativas	7.236	9.862
Indenizações avisadas – Judiciais	1.491	1.501
Indenizações avisadas – Consórcio DPVAT	18.629	21.713
Despesas com sinistros - Administrativos	495	884
Despesas com sinistros - Judiciais	428	0
Despesas com repasse do Consórcio DPVAT	6.596	6.449
Recuperação indenização de sinistros	(220)	2
Salvados - Diretos	43	(92)
Ressarcimentos - Diretos	(376)	(248)
Provisão sinistros ocorridos mas não avisados – Diretos	(394)	(2.798)
Provisão sinistros ocorridos mas não avisados – Consórcio DPVAT	2.642	(1.965)
Variação despesas relacionadas do IBNR	44	0
Serviços de Assistência	55	857
Total	**36.669**	**36.165**

b) Custos de aquisição Seguros

	dez/15	dez/14
Comissões sobre prêmios - Direto	3.399	2.900
Comissões Convênio DPVAT	455	430
Variação dos custos de aquisição diferidos	410	5.399
Total	**4.264**	**8.729**

c) Custos de aquisição Capitalização

	dez/15	dez/14
Despesas com vendas	44.000	267
Despesas com publicidade e propaganda	250.123	57
Outros custos de aquisição	94.247	1.686
Total	**388.370**	**2.010**

d) Outras receitas e despesas operacionais Seguros

	dez/15	dez/14
Outras receitas com operações de seguros	237	238
Outras receitas - consórcio DPVAT	18.803	11.865
Outras despesas - consórcio DPVAT	(16.578)	(12.065)
Redução ao valor recuperável	(340)	169
Despesas diversas	(2.070)	(1.786)
Total:	**52**	**(1.579)**

e) Outras receitas e despesas operacionais Capítalização

	dez/15	dez/14
Receita com resgate de título	-	4
Outras Receitas c/operações de capitalização	107	51
Total:	**107**	**55**

f) Despesas Administrativas

	dez/15	dez/14
Despesa com pessoal próprio	**9.699**	7.874
Despesa com serviço de terceiros	**4.898**	3.799
Despesa com localização e funcionamento	**2.502**	2.211
Despesa com publicidade e propaganda	**53**	39
Despesa com publicações	**157**	93
Despesa com donativos e contribuições	**96**	48
Outras despesas administrativas	**(14)**	359
Despesas administrativas DPVAT	**1.551**	1.338
Total:	**18.942**	**15.761**

g) Despesas com tributos

	dez/15	dez/14
Outros impostos federais	38	26
Outros impostos estaduais	2	0
Outros impostos municipais	21	10
Contribuições	21.034	1.878
Taxa de Fiscalização	719	649
Total:	**21.814**	**2.563**

h) Receitas financeiras e Despesas Financeiras

	dez/15	dez/14
Receita com títulos de renda fixa – privados	2.258	418
Receita com títulos de renda fixa – públicos	3.923	4.068
Receita com Títulos de renda variável	65	0
Receita financeira com operações de seguros	243	292
Receita financeira - DPVAT	4.890	4.275
Outras receitas financeiras	384	450
Despesas com títulos de renda variável	(976)	(76)
Despesas com operações de Seguros	(175)	(160)
Despesas com operações de Seguros - DPVAT	(4.650)	(3.493)
Despesas c/atualização monetária - PSL	(158)	(66)
Despesas com retrocessão/resseguro	(19)	18
Despesas c/atualização monetária - DPVAT	(24)	(14)
Outras despesas financeiras - Capitalização	(427)	(26)
Outras despesas financeiras -Seguros	631	(12)
Total:	**5.966**	**5.674**

i) Receitas e Despesas Patrimoniais

	dez/15	dez/14
Resultado Equivalência Patrimonial	0	247
Outras Despesas	0	(10)
	0	**237**

19. Custos de Aquisição Diferidos de Seguros

Os custos de aquisição são compostos pelas despesas de comercialização referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização dos seguros da companhia. Esses montantes são diferidos a partir da emissão da apólice e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. O período médio de diferimento dos custos de aquisição se dá conforme a tabela abaixo:

Prazo médio de diferimento (dias) por ramo	dez/15	dez/14
114 - COMPREENSIVO RESIDENCIAL	364	365
116 - COMPREENSIVO CONDOMÍNIO	365	365
118 - COMPREENSIVO EMPRESARIAL	231	365
141 - LUCROS CESSANTES	-	365
167 - RISCOS DE ENGENHARIA	-	-
351 - RC GERAL	364	365
623 - RC ÔNIBUS	327	329
628 - RCF ÔNIBUS	341	359
746 - FIANÇA LOCATÍCIA	380	378
775 - GOC PÚBLICO	649	572
776 - GOC PRIVADO	472	704
982 - ACIDENTES PESSOAIS	345	359
993 - VIDA EM GRUPO	29	-
MÉDIA GERAL	**351**	**365**

- Movimentação dos custos de aquisição de Seguros:

Tipo	dez/15	dez/14
Agenciamento e Corretagem	(3.399)	(2.901)
Variação das Despesas Diferidas	(410)	(5.399)
TOTAL	**(3.809)**	**(8.300)**

20. Salvados e Ressarcimentos

a) Saldo de Salvados e Ressarcimentos

SALVADOS

Ramo	dez/15	dez/14
0623	7	73
0628	72	198
Total	79	271

RESSARCIMENTOS

Ramo	dez/15	dez/14
0623	4	4
0746	316	116
Total	320	121

b) Aging Salvados e Ressarcimentos

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 dias a 365 dias	Acima de 365 dias	dez/15
Salvados	3	0	28	17	3	28	**79**
Ressarcimentos	74	59	50	89	33	15	**320**

21. Transações com partes relacionadas.

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, efetuadas em condições normais acordadas entre as partes, são como segue:

	dez/15		dez/14	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Obrigações a pagar – Banco Rural S/A	(5)	-	(754)	-
Disponível – Invest Capitalização S/A	28	-	28	-
Disponível - Banco Rural S/A	1.464	-	-	-
Disponível – Investprev Seguros e Previdência S.A.	1	-	-	-
Dividendos a receber - Invest Capitalização S/A	5.800	-	-	-

i. *Remuneração do pessoal chave da Administração*

A Companhia não possui benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração para seu pessoal-chave da Administração.

ii. *Outras informações*

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não foram efetuados pela Seguradora, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e seus familiares.

Porto Alegre/RS, 26 de Fevereiro de 2016.

Diretoria Executiva

Flávio Taboada
Diretor

Geraldo Henrique de Castro
Diretor

Luciano Graneto Vieira
Diretor

Eliane Santos de Oliveira
CRC/RS – 055808/O-2
Contadora Responsável

Carlos Henrique Radanovitsck
Atuário Responsável: MIBA – 1213